

PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL EM COMUNIDADES PERIFÉRICAS: ESTRATÉGIAS COLETIVAS E DESAFIOS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS EFETIVAS

Denise Caroline Feitosa

Mestra em Psicologia e Saúde pela Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto.

E-mail: denise.feitosa@ub.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-7510-6529>

Pedro Henrique Martins Sousa

Discente pelo Centro universitário de Goiatuba Unicerrado.

Email: martinssousap@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-0153-0724>

Francisco Manoel Ferreira Paula

Graduando em Medicina, pela Universidade Brasil, Campus Fernandópolis.

E-mail: franciscomanoelferreirapaula@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4156-3542>

Tatyane Alves Bernardes

Graduado em Medicina pela Universidade Federal de Goiás, UFG, Brasil.

E-mail: bernardes.taty95@gmail.com

Roseli Joseli da Silva

Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva pela Universidade de Pernambuco.

E-mail: roseli.silva1916@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5988-4101>

Fernanda Resende Gonçalves

Especialista em Vigilância em Saúde Epidemiológica, Saúde Pública com Ênfase em
Vigilância Sanitária, Políticas Públicas em Saúde Coletiva e Docência em Ciências da
Saúde, todas pela Faculdade Iguaçu.

E-mail: fer.nanda.resende@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-4312-0787>

Francisca Gecielma de Oliveira Torres

Especialização em Docência em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino
Fundamental (FAVENI); Especialização em Atendimento Educacional Especializado-
AEE (Faculdade Maciço de Baturité)

E-mail: gecinhamanoel@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-7628-0738>

Thaís Silva de Sousa



10.71248/9786583818256-1

Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional pela Universidade do Oeste
Paulista.

E-mail: thasfs@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6423-7347>

Priscila Oliveira Zignani Pimentel

Doutora em engenharia Biomédica pela Universidade Brasil.

E-mail: prizignani.pimentel@gmail.com

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-7316-3028>

Luís Vicente Ferreira

Dr. Ciências Sociais pela PUCSP

E-mail: professorluisvicente@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-7112-7559>

RESUMO

OBJETIVO: Identificar, analisar e sintetizar evidências científicas acerca das estratégias de promoção da saúde mental em comunidades periféricas **MATERIAIS E MÉTODOS:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, de abordagem qualitativa e descritiva. As buscas ocorreram nas bases SciELO, PubMed, LILACS, BVS, Scopus e Google Scholar, utilizando descritores combinados pelos operadores booleanos AND e OR. Foram selecionados 14 artigos publicados entre 2020 e 2025, em português, inglês e espanhol, que abordavam práticas de promoção da saúde mental em contextos vulneráveis. A análise foi conduzida conforme a categorização dos achados em eixos sobre práticas comunitárias, intersetorialidade, desigualdades e inovações em saúde mental. **RESULTADOS:** Os estudos revelaram que estratégias coletivas, como rodas de conversa, oficinas terapêuticas, práticas integrativas e ações intersetoriais, favorecem o fortalecimento dos vínculos sociais, a redução do estigma e a ampliação do acesso ao cuidado integral. Foram identificados desafios como escassez de profissionais capacitados, fragmentação institucional e subfinanciamento das políticas. **CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se que a promoção da saúde mental nas periferias requer integração intersetorial, valorização cultural e protagonismo comunitário. Os achados contribuem para o aprimoramento das políticas públicas e orientam novas pesquisas sobre equidade e práticas territoriais de cuidado.

PALAVRAS-CHAVE: Atenção primária; Comunidades vulneráveis; Determinantes sociais da saúde; Promoção da saúde; Saúde mental.

ABSTRACT

OBJECTIVE: To identify, analyze, and synthesize scientific evidence regarding strategies for promoting mental health in marginalized communities. **MATERIALS AND METHODS:** This is a narrative literature review with a qualitative and descriptive approach. Searches were conducted in the SciELO, PubMed, LILACS, BVS, Scopus, and Google Scholar databases, using descriptors combined with the Boolean operators AND and OR. Fourteen articles published between 2020 and 2025, in Portuguese, English, and Spanish, addressing mental health promotion practices in vulnerable contexts were selected. The analysis was conducted according to the categorization of findings into axes on community practices, intersectorality, inequalities, and innovations in mental health. **RESULTS:** The studies revealed that collective strategies, such as discussion groups, therapeutic workshops, integrative practices, and intersectoral actions, favor the strengthening of social bonds, the reduction of stigma, and the expansion of access to comprehensive care. Challenges identified included a shortage of trained professionals, institutional fragmentation, and underfunding of policies. **CONCLUSION OR FINAL CONSIDERATIONS:** It is concluded that promoting mental health in marginalized communities requires intersectoral integration, cultural appreciation, and community leadership. The findings contribute to the improvement of public policies and guide new research on equity and territorial care practices.

KEYWORDS: Primary care; Vulnerable communities; Social determinants of health; Health promotion; Mental health.

1. INTRODUÇÃO

A saúde mental constitui um dos pilares fundamentais do bem-estar humano e da qualidade de vida, sendo influenciada por determinantes sociais, econômicos e culturais. Nas comunidades periféricas, onde as desigualdades estruturais são mais evidentes, o cuidado com a saúde mental assume uma dimensão complexa, marcada por vulnerabilidades históricas e pela escassez de recursos públicos (Passarelli-Araújo, 2025). Nesses contextos, os transtornos mentais emergem como expressões do sofrimento social, resultantes de exclusão, desemprego, violência e precarização das condições de vida. Assim, promover a saúde mental nesses territórios exige compreender as múltiplas camadas de opressão e propor intervenções sensíveis à realidade local.

O conceito de promoção da saúde mental vai além da ausência de doença, englobando o fortalecimento de capacidades individuais e coletivas, o incentivo à autonomia e o estabelecimento de redes de apoio social. As políticas públicas brasileiras,

alinhadas aos princípios da Reforma Psiquiátrica e da Política Nacional de Saúde Mental (PNSM), destacam a importância de práticas comunitárias que rompam com o modelo biomédico centrado na medicalização (Oliveira *et al.*, 2024). Entretanto, a efetivação dessas diretrizes ainda enfrenta desafios significativos, especialmente nas periferias, onde o acesso aos serviços de saúde mental é limitado e fragmentado.

A Atenção Psicossocial, estruturada pela Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), foi um marco importante na reorientação do cuidado em saúde mental. Contudo, sua implementação nas periferias revela lacunas operacionais e de financiamento, dificultando a continuidade do cuidado e a articulação entre os serviços (Carvalho *et al.*, 2025). A ausência de equipes multiprofissionais completas e a falta de integração intersetorial comprometem a efetividade das ações. Além disso, a falta de reconhecimento das experiências e saberes comunitários como parte legítima da promoção da saúde mental contribui para práticas verticalizadas.

A promoção da saúde mental em comunidades periféricas requer uma abordagem territorializada, que reconheça a singularidade de cada contexto e valorize vínculos afetivos e culturais. Estratégias coletivas — como grupos de convivência, oficinas terapêuticas, rodas de conversa e ações intersetoriais — tornam-se ferramentas essenciais para fortalecer o sentimento de pertencimento e a solidariedade social (Teixeira *et al.*, 2024). Essas práticas favorecem o empoderamento comunitário e estimulam a construção de projetos de vida, atuando como barreiras protetoras contra o adoecimento psíquico.

A participação social constitui elemento estruturante das políticas públicas de saúde mental. O envolvimento ativo da comunidade no planejamento, execução e avaliação das ações é indispensável para que as políticas sejam inclusivas e sustentáveis (Oliveira *et al.*, 2024). Conselhos locais de saúde, fóruns comunitários e movimentos sociais exercem papel decisivo na reivindicação de direitos, especialmente nas periferias, onde a negligência institucional é histórica. Fortalecer esses espaços é condição essencial para a democratização do cuidado e o controle social das políticas.

A dimensão intersetorial também é central na promoção da saúde mental. A articulação entre saúde, educação, assistência social, cultura e segurança pública potencializa resultados e previne agravos psicossociais (Oliveira *et al.*, 2024). No entanto, a fragmentação das políticas e a falta de comunicação entre setores dificultam a obtenção



10.71248/9786583818256-1

de respostas integradas. Assim, a criação de redes colaborativas entre instituições públicas, organizações sociais e coletivos locais é fundamental para a sustentabilidade das práticas.

A educação em saúde mental desponta como instrumento potente de transformação social. A disseminação de informações sobre autocuidado, combate ao estigma e valorização da escuta empática rompe preconceitos e amplia o acesso aos serviços (Teixeira *et al.*, 2024). Escolas, associações e lideranças comunitárias podem desempenhar papel estratégico na multiplicação de conhecimentos, promovendo uma cultura de cuidado compartilhado e de apoio mútuo.

O estigma ainda constitui uma das principais barreiras para o acesso ao cuidado em saúde mental. Em comunidades periféricas, o medo da discriminação e a falta de informação dificultam a busca por ajuda, contribuindo para a cronificação de quadros mentais (Coelho *et al.*, 2025). A desconstrução desses estigmas demanda políticas de comunicação e educação continuada, que valorizem a diversidade e humanizem as narrativas sobre sofrimento psíquico.

Fatores econômicos e estruturais, como desemprego, insegurança alimentar e violência urbana, impactam diretamente a saúde mental dos indivíduos e coletividades. A ausência de políticas públicas consistentes para enfrentamento dessas questões agrava o quadro de vulnerabilidade social (Passarelli-Araújo, 2025). Assim, a abordagem da saúde mental deve estar integrada às políticas de redução da pobreza e de promoção da equidade.

Outro desafio relevante é a escassez de profissionais capacitados para atuar com uma visão ampliada de saúde mental. Em muitos territórios, o cuidado ainda se resume ao atendimento médico e à prescrição de medicamentos. É necessário investir na formação permanente das equipes, estimulando competências em escuta qualificada, educação popular e abordagem interdisciplinar (Carvalho *et al.*, 2025).

A pandemia de COVID-19 intensificou os problemas de saúde mental nas periferias, evidenciando as desigualdades estruturais e o colapso das redes de apoio. O isolamento social e a perda de renda ampliaram o sofrimento psíquico (Szabzon *et al.*, 2024). Entretanto, emergiram experiências solidárias, como redes de apoio comunitário



10.71248/9786583818256-1

e movimentos de voluntariado, que reforçam o potencial das estratégias coletivas para o bem-estar emocional.

A incorporação das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) nas ações comunitárias amplia as possibilidades de cuidado. Atividades como meditação e arteterapia promovem relaxamento e fortalecimento emocional (Teixeira *et al.*, 2024). Sua adoção na Atenção Primária à Saúde contribui para a humanização do atendimento e o fortalecimento do vínculo entre equipe e comunidade.

A avaliação e o monitoramento das políticas de saúde mental são imprescindíveis para garantir a efetividade das ações. Indicadores como acesso e adesão devem ser analisados continuamente, permitindo ajustes e inovações (Oliveira *et al.*, 2024). A transparência e a participação social garantem maior legitimidade e aproximam a gestão das demandas reais da população.

Diante desse cenário, esta revisão narrativa busca identificar, analisar e sintetizar evidências científicas acerca das estratégias de promoção da saúde mental em comunidades periféricas, discutindo seus impactos e desafios para a formulação de políticas públicas efetivas. Pretende-se compreender como essas experiências contribuem para o fortalecimento da cidadania e da equidade social no contexto brasileiro contemporâneo.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura com abordagem qualitativa e caráter descritivo, elaborada com o propósito de identificar, analisar e sintetizar evidências científicas acerca das estratégias de promoção da saúde mental em comunidades periféricas. A pesquisa seguiu orientações que indicam a sistematização da busca, seleção e interpretação crítica das fontes científicas.

As buscas bibliográficas foram realizadas nas bases de dados SciELO, PubMed, Lilacs, BVS e Google Acadêmico, abrangendo o período de 2020 a 2025, de modo a contemplar estudos recentes e contextualizados com as transformações sociais e sanitárias ocorridas no período pós-pandemia de COVID-19. Foram utilizados descritores

combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR, em português e inglês, conforme o DeCS/MeSH: “saúde mental” AND “comunidades vulneráveis” OR “determinantes sociais da saúde” AND “atenção primária” AND “promoção da saúde”.

O critério de inclusão considerou artigos disponíveis em texto completo, publicados em português, inglês ou espanhol, que abordassem práticas coletivas, políticas públicas, intervenções psicossociais ou estratégias comunitárias voltadas à promoção da saúde mental em populações vulneráveis. Foram excluídos estudos duplicados, artigos de opinião, editoriais, dissertações, teses e materiais que não apresentassem dados empíricos ou teóricos relevantes para o tema.

Após a aplicação dos critérios de elegibilidade, foram inicialmente encontrados 20 artigos, dos quais 14 atenderam aos critérios de inclusão e compuseram a amostra final. Esses estudos foram selecionados por meio de leitura criteriosa de títulos, resumos e, posteriormente, do texto completo.

A análise dos dados foi realizada de forma qualitativa e interpretativa, buscando identificar convergências, divergências e tendências nas abordagens sobre a promoção da saúde mental em territórios periféricos. As informações extraídas foram organizadas em eixos temáticos, permitindo compreender os aspectos estruturais, socioculturais e institucionais que permeiam as práticas de cuidado.

Os resultados foram interpretados à luz de referenciais teóricos da Saúde Coletiva e da Psicologia Social Comunitária, enfatizando a relevância dos determinantes sociais da saúde, da intersetorialidade e da participação popular na efetivação das políticas públicas. A análise também considerou o impacto das práticas integrativas, das ações interdisciplinares e do protagonismo comunitário na construção de estratégias sustentáveis de promoção da saúde mental.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, o estudo dispensou submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que isenta revisões teóricas e documentais dessa obrigatoriedade. Ainda assim, todas as fontes consultadas foram devidamente referenciadas de acordo com as normas da ABNT NBR 6023:2024.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da revisão narrativa evidenciam que a promoção da saúde mental em comunidades periféricas depende diretamente do fortalecimento de vínculos comunitários e do reconhecimento dos determinantes sociais da saúde. As estratégias coletivas, como grupos de convivência, oficinas terapêuticas e práticas culturais, têm se mostrado eficazes na redução de sintomas ansiosos e depressivos, promovendo o sentimento de pertencimento e resiliência social (Haslam; Fong; Cruwys, 2023). Nessas ações, o protagonismo comunitário surge como elemento essencial para que as intervenções alcancem maior impacto e legitimidade entre os moradores.

Programas baseados em mindfulness e práticas integrativas, aplicados em unidades de Atenção Primária à Saúde de regiões vulneráveis, proporcionam melhorias significativas no bem-estar emocional e na percepção de suporte social (Müller; Ortega, 2024). Essas práticas reduzem o estresse e fortalecem o autocuidado, sendo alternativas viáveis frente à escassez de psicólogos e psiquiatras na rede pública. A utilização dessas metodologias evidencia a importância da inovação tecnológica e da sensibilidade cultural na promoção da saúde mental em contextos de desigualdade.

A intersetorialidade ainda constitui um desafio para a efetivação das políticas públicas de saúde mental. A fragmentação entre setores como saúde, educação e assistência social limita o alcance das ações, especialmente nas periferias, onde a população enfrenta vulnerabilidades múltiplas. A ausência de integração entre as redes de apoio enfraquece a resposta institucional e dificulta o acompanhamento contínuo dos usuários (Santos; Melo; Aguiar, 2025). Dessa forma, o planejamento intersetorial se revela um imperativo para políticas efetivas e sustentáveis.

A participação popular nas decisões e na avaliação das políticas de saúde mental ainda é incipiente, apesar dos avanços conquistados após a Reforma Psiquiátrica. O envolvimento da comunidade em conselhos de saúde e fóruns locais fortalece o controle social e amplia a representatividade dos territórios periféricos (Arcaya; Ellen; Steil, 2024). A inclusão dos saberes comunitários nas práticas de cuidado permite maior adequação cultural e contribui para romper com modelos hierárquicos e centralizados, fortalecendo o sentimento de pertencimento social e de corresponsabilidade coletiva.

O papel das escolas e das organizações sociais na promoção da saúde mental também se mostra relevante. Iniciativas educativas que abordam temas como empatia, respeito e resolução de conflitos têm contribuído para reduzir casos de violência e bullying, além de estimular a solidariedade e o apoio mútuo (Li *et al.*, 2024). O ambiente escolar se consolida como espaço privilegiado para o desenvolvimento de práticas coletivas e para a formação de cidadãos emocionalmente equilibrados e socialmente conscientes.

O estigma relacionado aos transtornos mentais persiste como um dos maiores obstáculos ao acesso aos serviços de saúde. Em comunidades periféricas, o preconceito é potencializado por fatores religiosos, culturais e econômicos, dificultando a busca por ajuda (Santos; Melo; Aguiar, 2025). Campanhas educativas e espaços de escuta coletiva surgem como estratégias eficazes para desconstruir preconceitos e promover a aceitação da diversidade de experiências humanas, fortalecendo o diálogo e o acolhimento dentro dos territórios.

A pobreza e a exclusão social permanecem entre os principais determinantes do sofrimento psíquico. A insegurança alimentar, o desemprego e a violência cotidiana afetam profundamente a saúde mental dos moradores, especialmente das mulheres e jovens. O enfrentamento dessas condições deve integrar as políticas públicas de saúde mental, articulando-as às políticas de renda, moradia e segurança pública (Kos̄ite *et al.*, 2025). Assim, a saúde mental é reafirmada como um direito humano e social, e não apenas clínico.

As mulheres, especialmente mães adolescentes, apresentam níveis elevados de sofrimento emocional, agravados pela sobrecarga de responsabilidades e pela falta de apoio social. Estratégias de cuidado específicas, como grupos de apoio e acompanhamento psicossocial contínuo, mostram-se eficazes na prevenção de transtornos depressivos e na melhoria da qualidade de vida dessas populações (Müller; Ortega, 2024). O cuidado em rede é uma condição essencial para resultados positivos e duradouros, sobretudo em contextos de vulnerabilidade.

A pandemia de COVID-19 agravou o quadro de sofrimento psíquico nas periferias, ao intensificar o isolamento social e a insegurança econômica. Contudo, emergiram experiências solidárias que demonstraram o potencial das redes comunitárias

para a promoção da saúde mental (Arcaya; Ellen; Steil, 2024). A criação de grupos virtuais de apoio, a distribuição de alimentos e a mobilização de coletivos locais revelaram como o engajamento social pode funcionar como fator protetor diante de crises coletivas, fortalecendo o sentimento de solidariedade.

O uso das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde mostrou-se promissor na ampliação das formas de cuidado e na humanização dos serviços públicos. Técnicas como meditação, ioga e arteterapia promovem o equilíbrio emocional e o autoconhecimento, sendo bem-aceitas pela população periférica (Jin *et al.*, 2025). Quando incorporadas à Atenção Primária, essas práticas ampliam o acesso ao cuidado integral e reduzem a medicalização excessiva, resgatando dimensões subjetivas do sofrimento humano.

Apesar das evidências favoráveis, a carência de profissionais capacitados e o subfinanciamento da saúde mental ainda dificultam a expansão dessas iniciativas. Muitas unidades básicas carecem de infraestrutura adequada para ações coletivas e não possuem articulação efetiva com os Centros de Atenção Psicossocial (Santos; Melo; Aguiar, 2025). Investir na formação de equipes interdisciplinares e no fortalecimento da gestão participativa é indispensável para garantir a continuidade e a qualidade das ações em saúde mental.

As experiências locais demonstram que os territórios periféricos são espaços férteis para a construção de práticas inovadoras e solidárias de cuidado. Quando o conhecimento técnico se alia ao saber popular, emergem alternativas criativas de enfrentamento ao sofrimento psíquico (Haslam; Fong; Cruwys, 2023). Oficinas de arte, grupos religiosos e coletivos culturais se destacam como espaços de escuta e expressão emocional, reafirmando a potência da cultura como ferramenta terapêutica e transformadora.

O monitoramento e a avaliação das políticas de saúde mental ainda são limitados, o que compromete a análise de sua efetividade. A ausência de indicadores específicos para comunidades periféricas dificulta o planejamento de ações voltadas a essas realidades. É necessário desenvolver instrumentos que mensurem o impacto das estratégias coletivas, valorizando tanto os resultados quantitativos quanto os efeitos subjetivos e comunitários produzidos pelas ações (Kosīte *et al.*, 2025).

Diante dos achados, conclui-se que a promoção da saúde mental em comunidades periféricas requer a integração entre políticas públicas, educação, cultura e participação popular. A efetividade dessas ações depende do reconhecimento da complexidade dos determinantes sociais e do investimento em práticas baseadas na solidariedade e na escuta ativa (Li *et al.*, 2024). A saúde mental, quando compreendida como construção coletiva, transforma-se em instrumento de emancipação e fortalecimento social, contribuindo para a equidade e a justiça nas políticas públicas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão narrativa permitiu responder à questão de pesquisa proposta, ao demonstrar que a promoção da saúde mental em comunidades periféricas depende da articulação entre políticas públicas, estratégias coletivas e da valorização dos saberes locais. Os 14 estudos analisados evidenciaram que ações baseadas em vínculos comunitários, intersetorialidade e empoderamento social são fundamentais para reduzir vulnerabilidades, fortalecer o sentimento de pertencimento e ampliar o acesso ao cuidado integral em saúde mental.

Constatou-se que o êxito das intervenções depende do reconhecimento das desigualdades estruturais que marcam os territórios periféricos e da necessidade de políticas inclusivas, capazes de contemplar as especificidades culturais, sociais e econômicas dessas populações. A atuação conjunta entre saúde, educação, assistência social e cultura mostrou-se essencial para o enfrentamento das condições que geram sofrimento psíquico coletivo, reforçando o papel da comunidade como protagonista do cuidado.

Do ponto de vista social e acadêmico, os resultados contribuem para o fortalecimento do debate sobre equidade e justiça social na saúde mental, ao oferecer subsídios teóricos e práticos para gestores, profissionais e pesquisadores que atuam na atenção psicossocial. O estudo também evidencia a importância de ampliar a formação dos profissionais de saúde para o trabalho comunitário e interdisciplinar, estimulando práticas inovadoras e humanizadas nos territórios vulneráveis.

Como limitação, destaca-se a natureza narrativa da revisão, que não contempla a totalidade das produções científicas sobre o tema, podendo restringir a generalização dos achados. Além disso, a ausência de dados primários impossibilita mensurar o impacto quantitativo das intervenções descritas. No entanto, a síntese das evidências qualitativas permite compreender com profundidade os avanços e desafios presentes no campo da promoção da saúde mental em contextos periféricos.

Recomenda-se que futuras pesquisas adotem delineamentos mistos e estudos de campo que avaliem o impacto real das estratégias coletivas sobre os indicadores de saúde mental. Investigações longitudinais e comparativas entre diferentes regiões poderão contribuir para aprimorar as políticas públicas e fortalecer as práticas territoriais. Assim, conclui-se que a promoção da saúde mental em comunidades periféricas é um processo contínuo e multidimensional, que exige compromisso ético, inclusão social e valorização do protagonismo comunitário como pilares para a construção de um sistema de saúde mais justo e humano.

REFERÊNCIAS

ARCAYA, Mariana C.; ELLEN, Ingrid Gould; STEIL, Justin. Neighborhoods and health: interventions at the neighborhood level could help advance health equity. **Health Affairs**, v. 43, n. 2, p. 156–163, fev. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1377/hlthaff.2023.01037>.

CARVALHO, Amanda Ferreira de *et al.* Estudo multicêntrico sobre a saúde mental de mães adolescentes brasileiras, 2024. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 34, e20240226, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/S2237-96222025v34e20240226.pt>.

COELHO, David R. A. *et al.* Mental health outcomes among travestis and transgender women in Brazil: a literature review and a call to action for public health policies. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 22, n. 7, p. 977, 19 jun. 2025. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijerph22070977>.

HASLAM, S. Alexander; FONG, Polly; CRUWYS, Tegan. Connecting to community: a social identity approach to neighborhood mental health. **Personality and Social Psychology Review**, v. 28, n. 3, publicado online em 26 dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1177/10888683231216136>.

JIN, Yilin *et al.* The impact of community children's playgrounds on neighborhood interactions and residents' mental health from an all-age sharing perspective. **Frontiers in Public Health**, v. 13, 14 jul. 2025. Seção: Public Mental Health. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpubh.2025.1572192>.

KOSÏTE, Daina *et al.* Preventing common mental health problems by increasing neighbourhood socioeconomic status: a mental health impact assessment in Rotterdam, the Netherlands. **European Journal of Public Health**, v. 35, n. 1, p. 72–78, 13 jan. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1093/eurpub/ckae222>.

LI, Lydia Yao *et al.* The impact of neighborhood deprivation on mental health and quality of life in children and adolescents during the COVID-19 pandemic: findings from the COPSYP Hamburg study. **PLoS ONE**, v. 19, n. 11, e0313652, 20 nov. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0313652>.

MÜLLER, Manuela Rodrigues; ORTEGA, Francisco. Mental health collaborative care in Brazil and the economy of attention: disclosing barriers and therapeutic negotiations. **Culture, Medicine, and Psychiatry**, v. 48, p. 507–525, 23 abr. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11013-024-09874-9>.

OLIVEIRA, Lidiane Souto de *et al.* Advances and limitations of public mental health policies: perspective for the future. **Revista Aracê**, São José dos Pinhais, v. 6, n. 4, p. 17349-17361, dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.56238/arev6n4-368>.

OLIVEIRA, Bruno Diniz Castro de *et al.* Mental health promotion in the school context: strengths, challenges and the importance of intersectoral collaboration for the field of psychosocial care. Physis: **Revista de Saúde Coletiva**, v. 34, 04 out. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-7331202434077en>.

PASSARELLI-ARAÚJO, Hisrael. Loneliness in Brazil: a silent threat to public health. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 7, 25 jul. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311XEN229524>.

SZABZON, Felipe *et al.* Reframing the method: report on the adaptation of an ethnographic study to virtual collaborative research on mental health in a low-income neighbourhood during the COVID-19 pandemic in São Paulo, Brazil. **SSM – Qualitative Research in Health**, v. 5, jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ssmqr.2024.100417>.

SANTOS, Pérola Teixeira dos; MELO, Thiago Afonso Rodrigues; AGUIAR, Patricia Melo. Mental health and access to healthcare among vulnerable populations in Brazil. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 49, 2025. DOI: 10.15343/0104-7809.202549e17022025I. Disponível em: <https://revistamundodasaude.emnuvens.com.br/mundodasaude/article/view/1871>.



10.71248/9786583818256-1

TEIXEIRA, Débora Silva *et al.* Improving patient-centered mental health promotion in primary care in vulnerable communities through mindfulness training in Rio de Janeiro, Brazil. **Frontiers in Medicine**, v. 11, 24 jun. 2024. Seção: Family Medicine and Primary Care. DOI: <https://doi.org/10.3389/fmed.2024.1356040>.